

**APERFEIÇOAMENTO DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO EM
FUNDAÇÕES DE SAÚDE:
PROPOSTA DE QUADROS DE RECEITA E DESPESA**

**IMPROVING BUDGET CONTROL IN HEALTH FOUNDATIONS:
PROPOSAL FOR REVENUE AND EXPENDITURE TABLES**

**MEJORA DEL CONTROL PRESUPUESTARIO EN FUNDACIONES DE
SALUD: PROPUESTA DE TABLAS DE INGRESOS Y GASTOS**

Marcelo Pinheiro de Lucena¹
Mariana Raquel Fernandes Filgueiras²
Amurielly de Souza Rodrigues³

Artigo recebido em setembro de 2024
Artigo aceito em novembro de 2024

DOI: 10.26853/Refas_ISSN-2359-182X_v11n02_04

RESUMO

O presente artigo justificou a necessidade de elaboração de uma proposta orçamentária para Organizações não Governamentais (ONGs), especificamente para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), com a elaboração de modelos dos Quadros de Resumo de Receita e Detalhamento da Despesa. A entidade foco foi a Fundação Filantrópica Hospital do Câncer Napoleão Laureano, em João Pessoa - PB, visando a elaboração de atividades práticas in loco para a criação de um orçamento para o exercício financeiro de 2025. A metodologia foi qualitativa, com elementos descritivos e analíticos, explorando processos e compreendendo a dinâmica com o apoio do Centro de Estudos Mário Kroeff (CEMAK). As conclusões deste estudo enfatizam que a implementação de um planejamento orçamentário detalhado, aliado à correta classificação das receitas e despesas, é fundamental para a sustentabilidade e excelência na prestação de serviços de saúde.

Palavras-chave: Orçamento; Planejamento; Receita; Despesa;

ABSTRACT

This article justified the need to prepare a budget proposal for Non-Governmental Organizations (NGOs), specifically for Civil Society Organizations of Public Interest (OSCIPs), with the development of models of the Summary of Revenue and Detailed Expenditure Tables. The focus entity was the

¹ Mestre em Ciências Contábeis. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: lucenamp@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0124786133038378>. OrcId: <https://orcid.org/0009-0000-4843-6274>.

² Formada em Direito pela UNIPÊ e graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: mariana.filgueiras@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4899936937778689>. OrcId: <https://orcid.org/0009-0008-1676-0887>.

³ Formada em Direito pela UNIPÊ. Pós-graduada em Direito e Processo Civil, Direito do Consumidor e Grupos Vulneráveis pelo Centro Universitário - UNIESP e Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: amurielly@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2434785984304920>. OrcId: <https://orcid.org/0009-0007-3898-9140>.

Fundação Filantrópica Hospital do Câncer Napoleão Laureano, in João Pessoa - PB, aiming at the elaboration of practical activities in loco for the creation of a budget for the fiscal year of 2025. The methodology was qualitative, with descriptive and analytical elements, exploring processes and understanding the dynamics with the support of the Mário Kroeff Study Center (CEMAK). The conclusions of this study emphasize that the implementation of a detailed budget planning, combined with the correct classification of revenues and expenses, is fundamental for the sustainability and excellence in the provision of health services.

Keywords: Budget; Planning; Revenue; Expenses;

RESUMEN

Este artículo justificó la necesidad de elaborar una propuesta de presupuesto para las Organizaciones No Gubernamentales (ONG), específicamente para las Organizaciones de la Sociedad Civil de Interés Público (OSCIP), con la elaboración de modelos de Tablas Resumen de Ingresos y Detalle de Gastos. La entidad foco fue la Fundação Filantrópica Hospital do Câncer Napoleão Laureano, en João Pessoa - PB, con el objetivo de desarrollar actividades prácticas in situ para la creación de un presupuesto para el ejercicio 2025. La metodología fue cualitativa, con elementos descriptivos y analíticos, explorando procesos y comprensión de la dinámica con el apoyo del Centro de Estudios Mário Kroeff (CEMAK). Las conclusiones de este estudio enfatizan que la implementación de una planificación presupuestaria detallada, combinada con la correcta clasificación de ingresos y gastos, es fundamental para la sostenibilidad y la excelencia en la prestación de los servicios de salud.

Palabras clave: Presupuesto; Planificación; Ingresos; Gastos;

1 INTRODUÇÃO

No contexto da crescente demanda por serviços de saúde especializados e de qualidade, as fundações desempenham um papel crucial ao complementar e, muitas vezes, suprir as deficiências do sistema público de saúde. A Fundação Napoleão Laureano, localizada em João Pessoa, PB, é um exemplo notável de como uma instituição privada pode contribuir significativamente para o tratamento e a pesquisa do câncer, proporcionando assistência a milhares de pacientes e apoio essencial à comunidade médica local. Este artigo examina o conhecimento e a aplicabilidade da elaboração de um orçamento dentro das diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, com suporte das Secretarias do Tesouro Nacional e da portaria STN n° 828, de 14 de dezembro de 2021, além das instruções normativas que aprovaram a 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCasp) 2024.

Diversos estudos, como os de Silva et al. (2019), Rodrigues e Almeida (2020) e Souza e Ferreira (2021), têm investigado a gestão financeira e a sustentabilidade de fundações de saúde, destacando os desafios enfrentados por essas instituições, especialmente em contextos filantrópicos. Eles apontam para a necessidade de uma gestão financeira cuidadosa e inovadora nas fundações de saúde, especialmente em um cenário de recursos escassos e demandas crescentes. Sendo assim, a elaboração de modelos orçamentários robustos e a diversificação das fontes de receita emergem como estratégias-chave para garantir a sustentabilidade dessas instituições.

A pesquisa fundamentou-se no problema apresentado à equipe do Centro de Estudo Mário Kroeff (CEMAK), que levantou a seguinte questão: Existe um orçamento neste órgão que possa contribuir para sua aprovação junto ao conselho da Fundação, assegurando transparência pública, compatibilidade e acompanhamento pelos órgãos fiscalizadores governamentais?

Diante desse questionamento, verificou-se que, de uma forma geral, existiam procedimentos orçamentários. No entanto, havia uma necessidade de padronização que era desconhecida até o momento dessa pesquisa. Concluiu-se que a Fundação Napoleão Laureano possuía um sistema orçamentário que, embora funcional, carecia de padronização.

Com isso, o objetivo geral dessa pesquisa consiste em defender a necessidade de elaboração e execução de um planejamento orçamentário no Hospital do Câncer Napoleão Laureano, de modo que os desafios financeiros enfrentados pela instituição sejam identificados e estratégias de gestão financeira sejam realizadas para que a sustentabilidade e a eficiência do hospital sejam garantidas.

Desse modo, o objetivo geral será alcançado por intermédio dos seguintes objetivos específicos: a) conceituar e classificar a Receita Orçamentária; b) adaptar o Quadro Resumo da Receita; c) entender a Despesa Orçamentária; d) elaborar um modelo de Quadro de Detalhamento de Despesa para entidades fundacionais.

A elaboração de uma proposta orçamentária precisa e eficaz em fundações de saúde é essencial para a sustentabilidade financeira e a qualidade dos serviços prestados. O Hospital do Câncer Napoleão Laureano, uma instituição de referência no tratamento oncológico, enfrenta desafios significativos na alocação de recursos devido à complexidade e ao custo elevado dos tratamentos oferecidos.

De acordo com Silva e Santos (2020, p.45), “a gestão eficiente dos recursos financeiros em instituições de saúde é crucial para garantir a continuidade e a qualidade do atendimento aos pacientes”. A presente pesquisa busca abordar essa necessidade ao propor um levantamento detalhado das necessidades orçamentárias específicas do Hospital do Câncer Napoleão Laureano, com o objetivo de otimizar a distribuição de recursos e melhorar os resultados clínicos.

Além disso, segundo Oliveira, Lima e Almeida (2019, p. 38), “a falta de um planejamento orçamentário adequado pode levar a deficiências críticas na infraestrutura e na capacidade de atendimento das unidades de saúde”. Com base nesse contexto, a proposta deste estudo não se resume em identificar as necessidades financeiras, mas também colaborar com estratégias de gestão que possam ser aplicadas para maximizar a eficiência e a eficácia do orçamento disponível.

Por fim, a relevância social dessa pesquisa é evidenciada pela importância do Hospital do Câncer Napoleão Laureano no atendimento a pacientes oncológicos de baixa renda, conforme destaca Pereira (2021, p. 22): “instituições como o Hospital do Câncer Napoleão Laureano desempenham um papel vital na oferta de tratamentos especializados a populações vulneráveis”. Portanto, um orçamento bem estruturado é fundamental para assegurar que esses serviços continuem a ser oferecidos de maneira sustentável e eficiente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para estruturar o presente artigo foi essencial desenvolver um referencial teórico de autores com diversidades de conceitos. Isso inclui explorar a gestão das entidades nos aspectos financeiros, planejamento orçamentário, e especificidades de instituições filantrópicas. Aqui, serão apresentados pontos-chave, com citações e teorias para a análise e compreensão de obras literárias. Abordagens críticas como formalismo, estruturalismo e desconstrução decifram os significados e estruturas dos textos. Essas ferramentas são essenciais para interpretar o conteúdo, as técnicas e os contextos históricos e culturais, possibilitando uma análise profunda e uma apreciação abrangente das obras literárias.

2.1 Fundações

Iniciam-se Fundações com constituição e órgãos.

2.1.1 Constituição e órgãos

Em virtude do tema em questão, é imprescindível investigar que as fundações são entidades dotadas de personalidade jurídica, criadas para administrar um patrimônio com a finalidade de promover um objetivo de interesse público e social (Azevedo, 2024). Elas são organizadas de forma autônoma e não têm fins lucrativos, visando principalmente o desenvolvimento de sua finalidade social (Lima, 2019). Segundo Silva (2018), a fundação pode ser constituída por testamento ou escritura pública (Gomes, 2017). No testamento, um particular indica os bens e a finalidade social da fundação (Ferreira, 2015). Já na escritura pública, o instituidor define a administração e o estatuto social da fundação. Martins (2016) afirma que é indispensável ter um patrimônio livre no momento da constituição e um ato constitutivo por escritura pública ou testamento.

Considerando o contexto relacionado ao tema, surge a necessidade de explorar os órgãos obrigatórios, que são o Conselho Curador e o Conselho Diretor (Almeida, 2021; Azevedo, 2024). O Conselho Curador é o órgão deliberativo máximo, sem número mínimo ou máximo de conselheiros estipulado por lei, recomendando-se pelo menos três membros (Pereira, 2018; Barros, 2020). Ele define prazos de mandato e pode incluir conselheiros vitalícios (Souza, 2019; Azevedo, 2024). Além disso, aprova contas e pode eleger membros do Conselho Diretor se não definido de outra forma (Costa, 2022; Azevedo, 2024). O Conselho Diretor, subordinado ao Conselho Curador, é o órgão executivo responsável por enviar relatórios anuais (Oliveira, 2020; Azevedo, 2024). Seus membros são definidos na constituição ou por nomeação do Conselho Curador (Ribeiro, 2018; Azevedo, 2024). O presidente é o representante legal da fundação e os mandatos devem coincidir com os do Conselho Curador (Fernandes, 2017; Azevedo, 2024). Importante notar que um conselheiro não pode fazer parte de ambos os conselhos simultaneamente (Mendes, 2016; Azevedo, 2024).

2.1.2 Remuneração, fiscalização, contabilidade e parcerias

No que diz respeito ao tema, uma análise minuciosa revela que a remuneração de conselheiros é permitida conforme o estatuto da fundação, mas pode afetar isenções tributárias. Os conselheiros podem ser remunerados por outras atividades, como ensino ou medicina (Nogueira, 2019). O Conselho Fiscal, embora não obrigatório, fiscaliza a administração

contábil-financeira (Azevedo, 2024). Ele se torna obrigatório para fundações que buscam o título de OSCIP, facilitando parcerias com o governo (Silveira, 2018).

A fiscalização é realizada pelo Ministério Público do Estado para assegurar o cumprimento de suas finalidades sociais (Moreira, 2020; Azevedo, 2024). Deve receber prestações de contas e relatórios anuais do Conselho Diretor (Pereira, 2018). As fundações, por serem sem fins lucrativos, são financiadas por doações privadas e convênios públicos (Barros, 2020). Elas podem exercer atividades econômicas, desde que os rendimentos sejam destinados à finalidade social (Martins, 2016).

Diante da situação atual envolvendo o tema, é fundamental considerar que as parcerias com o poder público podem incluir isenções tributárias e doações, facilitadas pela classificação como OSCIP (Silva, 2018), assim como convênios com Instituições Federais de Ensino também são possíveis (Lima, 2019). A gestão contábil precisa ser rigorosa para a prestação de contas ao Ministério Público, sob risco de extinção da fundação por suspeita de irregularidades (Costa, 2022).

Além disso, a transparência na gestão contábil é um requisito indispensável para manter a credibilidade da instituição perante os doadores e parceiros. A utilização de sistemas de contabilidade modernos e auditáveis é recomendada para garantir a precisão das informações financeiras e facilitar a auditoria externa (Pereira, 2020). Segundo Nogueira (2019), a adoção de práticas de contabilidade gerencial pode auxiliar na tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a eficiência operacional e a sustentabilidade financeira da fundação.

Ademais, a parceria com o setor público também pode incluir a participação em programas de financiamento e subsídios governamentais. Esses programas exigem uma contabilidade detalhada e a apresentação de relatórios periódicos para assegurar a correta aplicação dos recursos públicos (Silveira, 2018). A fundação deve estar preparada para cumprir com esses requisitos, estabelecendo processos internos de monitoramento e controle de gastos.

Outra dimensão importante é a capacitação contínua dos profissionais de contabilidade e finanças das fundações. Investir em treinamentos e atualizações sobre legislações fiscais e práticas contábeis modernas é crucial para manter a conformidade com as exigências legais e aperfeiçoar a gestão dos recursos (Fernandes, 2021). Conforme destacado por Oliveira (2020), a formação de uma equipe qualificada é um diferencial que pode assegurar a longevidade e o sucesso da instituição.

Finalmente, a integração de tecnologia na contabilidade das fundações filantrópicas pode trazer inúmeros benefícios. Sistemas integrados de gestão (ERP) podem facilitar a automação de processos financeiros, reduzir erros humanos e proporcionar uma visão mais clara e imediata da situação financeira da fundação (Ribeiro, 2018). A tecnologia, aliada a boas práticas de gestão contábil, pode não apenas cumprir os requisitos legais, mas também contribuir para a eficiência e transparência da administração da fundação.

2.2 Planejamento orçamentário e gestão

O planejamento orçamentário é uma ferramenta fundamental para a gestão financeira, permitindo que as instituições de saúde planejem suas atividades de forma a otimizar o uso dos recursos disponíveis (Campos, 2010). A elaboração de um orçamento realista e bem estruturado é essencial para a sustentabilidade financeira das instituições de saúde, especialmente em um ambiente econômico desafiador (Souza; Oliveira, 2015). Além disso, a gestão financeira em hospitais envolve não apenas a administração dos recursos financeiros, mas também a otimização dos processos internos e a melhoria contínua dos serviços prestados (Almeida;

Lima, 2013). Uma gestão financeira eficiente é um diferencial competitivo para as instituições de saúde, pois permite uma melhor alocação dos recursos na qualidade dos serviços oferecidos (Carvalho; Martins, 2017).

Para sustentar essa eficiência, é crucial entender a importância das receitas de transferências no orçamento das fundações de saúde. Essas receitas desempenham um papel vital, sendo classificadas como receitas correntes ou de capital, dependendo de sua natureza e finalidade. As receitas correntes de transferências incluem subvenções e auxílios recebidos de órgãos governamentais para custeio de atividades diárias, enquanto as receitas de capital englobam recursos destinados a investimentos em infraestrutura e equipamentos (Santos, 2019).

Complementando essa fonte de financiamento, as receitas de doações constituem uma parte significativa do orçamento das instituições de saúde. Estas receitas podem ser tanto em dinheiro quanto em bens e serviços, e devem ser cuidadosamente contabilizadas e monitoradas para garantir a transparência e a correta aplicação dos recursos, conforme as normas vigentes e os interesses dos doadores (Lima, 2019). A clareza na utilização das doações pode incentivar mais contribuições e fortalecer a relação de confiança com a comunidade e os parceiros institucionais.

Além das doações, as receitas de contribuições também são essenciais. Estas receitas são geradas a partir de taxas associadas a serviços prestados ou de contribuições de associados e membros da comunidade. Elas são fundamentais para complementar o orçamento e permitir a continuidade dos serviços oferecidos pela instituição (Oliveira, 2020).

Para uma gestão eficaz dessas receitas, é igualmente importante uma adequada classificação das despesas. Na esfera da despesa orçamentária, a classificação institucional e funcional programática é vital para a organização e a efetividade da alocação dos recursos. Enquanto aquela se refere à identificação das unidades administrativas responsáveis pela execução das despesas, esta detalha as despesas conforme a função e os programas de governo a que estão vinculadas (Fernandes, 2018).

Para um controle ainda mais rigoroso e detalhado das despesas, o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) se mostra como uma ferramenta indispensável. O QDD especifica as dotações orçamentárias aprovadas, distribuindo-as por categorias econômicas, grupos de despesa e elementos de despesa. Esta ferramenta permite uma gestão mais precisa e eficiente dos recursos, facilitando o acompanhamento e o controle da execução orçamentária (Silva, 2021). Dessa forma, as instituições podem assegurar que os gastos estão alinhados com os objetivos estratégicos e as prioridades definidas no planejamento orçamentário.

Diante das citações apresentadas, podemos afirmar que a gestão financeira eficaz é essencial para garantir que os recursos limitados sejam utilizados de maneira eficiente e eficaz, atendendo às necessidades dos pacientes e cumprindo com as obrigações financeiras da instituição. A implementação de um planejamento orçamentário detalhado, aliado à correta classificação das receitas e despesas, é fundamental para a sustentabilidade e a excelência na prestação de serviços das instituições de saúde. Dessa forma, a gestão integrada e transparente dos recursos assegura a continuidade e a melhoria contínua das atividades, alinhando-se com os objetivos sociais e operacionais das fundações de saúde.

2.3 Manual de contabilidade aplicada ao setor público (MCasp)

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCasp) é uma referência essencial para a contabilidade pública no Brasil, elaborado para padronizar e orientar os

procedimentos contábeis das entidades governamentais. A 10ª edição, de uso obrigatório a partir de janeiro de 2024, traz atualizações significativas que impactam todos os municípios brasileiros (CNM, 2023).

A estrutura do MCasp mantém-se dividida em cinco partes principais: Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO), Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP), Procedimentos Contábeis Específicos (PCE), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCasp) e Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCasp). Cada uma dessas seções detalha aspectos cruciais para a correta execução contábil no setor público (Conselho Nacional de Contabilidade Municipal (CNM, 2023).

Uma das mudanças mais notáveis está no capítulo três, seção 3.6 do PCO, onde a possibilidade de renúncia de receita orçamentária por meio de deduções foi removida. O item 3.6.1.3, que tratava da Renúncia de Receita Orçamentária, foi excluído na nova edição do manual, o que representa uma alteração importante para a gestão financeira municipal (CNM, 2023). Conforme destacado por especialistas, essa mudança visa aumentar a transparência e a eficiência na administração das receitas públicas (CNM, 2023).

No que tange aos Procedimentos Contábeis Específicos (PCE), uma alteração relevante ocorreu no título da seção que trata dos benefícios previdenciários. Anteriormente denominado Regime Próprio de Previdência Social, o título foi atualizado para Benefícios Pós-Emprego (NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados). Esta seção aborda os aspectos da norma NBC TSP 15, que são aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e outros sistemas de benefício definido, como o Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) (CNM, 2023).

A atualização contínua do MCasp reflete a evolução das normas contábeis e a necessidade de aprimoramento das práticas de gestão pública, garantindo que as entidades adotem procedimentos que assegurem a transparência, responsabilidade e eficiência na administração dos recursos públicos.

3 MÉTODO

Inicia-se o método pela classificação da pesquisa.

3.1 Classificação da pesquisa

O estudo busca adaptar as normas estabelecidas pela Lei 4.320/64 e as diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) à prática orçamentária de uma fundação hospitalar. A metodologia aplicada envolve a análise e a implementação das normas contábeis e financeiras na elaboração, execução e controle do orçamento da fundação, visando aumentar a transparência e a eficiência na gestão dos recursos.

A pesquisa realizada é de natureza aplicada, com um enfoque descritivo e exploratório. A abordagem adotada é qualitativa, com a utilização de técnicas de análise documental e entrevistas semiestruturadas com gestores e responsáveis pela área financeira da fundação hospitalar.

A população-alvo deste estudo inclui todas as fundações hospitalares que adotam as normas da Lei 4.320/64 e as diretrizes da STN em sua gestão orçamentária. Para fins de aprofundamento e viabilidade da pesquisa, selecionou-se uma amostra intencional composta

por uma fundação hospitalar específica, onde foram realizadas as análises e implementações das normas contábeis e financeiras.

3.2 Métodos e coleta de dados

Para obter uma melhor compreensão das necessidades orçamentárias do Hospital foi realizada uma pesquisa prática de campo de estudo, que envolveu os seguintes métodos de pesquisa: a) visitas ao Hospital onde foram feitas entrevistas com gestores financeiros; b) adaptação das normas no desenvolvimento de um plano de implementação contábeis e orçamentários adequado às necessidades e características da fundação hospitalar; c) os dados quantitativos e qualitativos foram coletados a partir dos relatórios financeiros e orçamentários fornecidos pelo Hospital; e d) os dados coletados foram analisados utilizando métodos estatísticos e de análise de conteúdo.

3.3 Procedimentos, validação e considerações éticas

Para garantir a validade e a confiabilidade dos dados coletados, adotamos procedimentos rigorosos de validação. As entrevistas foram conduzidas por dois pesquisadores independentes, e as transcrições foram revisadas para assegurar a precisão. Os dados financeiros foram verificados por meio de cruzamento com registros contábeis oficiais e auditorias internas. Além disso, realizamos triangulação de dados, comparando as informações obtidas das entrevistas com os dados financeiros e documentos analisados.

A pesquisa foi conduzida em conformidade com as diretrizes éticas para estudos em instituições de saúde. Obtivemos consentimento informado de todos os participantes das entrevistas, garantindo a confidencialidade e o anonimato das respostas. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa do hospital, assegurando que todos os procedimentos respeitassem os padrões éticos vigentes.

Essa metodologia robusta permitiu obter uma visão abrangente e detalhada das necessidades orçamentárias do Hospital do Câncer Napoleão Laureano, fornecendo uma base sólida para as recomendações de gestão financeira apresentadas neste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo de caso visa analisar a aplicação do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) no contexto específico do nosso tema. O objetivo é explorar a receita e a despesa públicas à luz do (MCasp), identificar possíveis áreas de melhoria e adaptação e fornecer exemplos práticos e sugestões para otimização. A análise busca apresentar uma compreensão abrangente e prática sobre como o (MCasp) pode ser implementado e aprimorado para atender melhor às necessidades das Fundações.

4.1 Receita orçamentária

Inicia-se a receita orçamentária pelo conceito e classificação.

4.1.1 Conceito e classificação

A receita orçamentária compreende todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos. O reconhecimento da receita deve ser realizado sob dois enfoques distintos: o patrimonial e o orçamentário. Este estudo focará apenas no aspecto orçamentário, conforme a definição estabelecida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) (STN, 2023).

Giovanni Pacelli (2024), autor da área de administração financeira e orçamentária, em sua obra “Administração Financeira e Orçamentária”, discute a relevância de um controle fiscal eficiente e a implementação de tecnologias modernas para a arrecadação e fiscalização das receitas. Ele enfatiza a necessidade de um planejamento financeiro sustentável e a observância das normas estabelecidas pela legislação fiscal, assegurando a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

No contexto de organizações não governamentais, como fundações privadas, associações e ONGs, a receita também desempenha um papel crucial. A receita para essas entidades pode ser proveniente de doações, patrocínios, eventos de arrecadação, parcerias com o setor público ou privado, e até mesmo de rendimentos de investimentos. A gestão dessas receitas deve seguir princípios de transparência, responsabilidade e eficiência, garantindo que os recursos sejam utilizados de forma adequada para atingir os objetivos e missões dessas organizações.

A contabilidade para essas entidades deve considerar as especificidades das suas fontes de receita e a necessidade de prestação de contas aos doadores, patrocinadores e à sociedade em geral. O planejamento financeiro sustentável, a utilização de tecnologias para a gestão financeira e a conformidade com as normas legais são essenciais para assegurar a confiança e o apoio contínuo de seus *stakeholders*.

A classificação da receita envolve a organização e categorização das entradas financeiras de uma entidade, seja ela pública ou privada, de acordo com critérios específicos. Isso pode incluir a origem dos recursos (impostos, taxas, contribuições), a natureza (corrente, de capital), e a destinação específica. Essa sistematização facilita o controle, a transparência e a gestão eficaz dos recursos, permitindo uma melhor análise e planejamento financeiro. Ela é classificada de forma sequencial em diversos níveis, conforme descrito no MCasp (STN, 2023).

4.1.2 Quadro de resumo da receita, conforme Mcasp

O Quadro de Resumo da Receita usado como base é o utilizado pelo autor em suas aulas, como exemplo do utilizado por um município, como demonstrado abaixo, e é elaborado seguindo as normas do Mcasp que divide a receita de acordo com a natureza em cinco categorias: Categoria Econômica, Origem, Espécie, D.I.P.R. (desdobramentos que identificam peculiaridades) e Tipo. E a codificação da natureza da receita orçamentária é composta por oito dígitos e a descrição da especificação do código é realizada no processo de gestão das tabelas que compõe o Ementário da Natureza da Receita, ver Quadro 1.

Quadro 1 – Resumo Geral da Receita (Modelo)

Receita	Descrição	F. R	Tipo	D. I. P. R.				Espécie	Origem	Categ. Econ.
Dígitos de Receita	Apresentação da Receita Municipal		g	f	e	e	d	c	b	a

1	Receitas Correntes						
1.1	Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria						
1.1.1	Impostos						
1.1.1.2	Impostos sobre o Patrimônio						
1.1.1.2.50	Imp. S/ Propriedade Predial e Territorial						
1.1.1.2.50.1	Imp. S/ Propriedade Predial e Territorial Urbana						
1.1.1.2.50.1.100	Imp. S/ Propriedade Pred. e Territ. Urbana IPTU (Principal)	500					

Fonte: autores (2024)

4.1.3 Quadro de resumo da receita proposto

O quadro proposto ao Hospital leva em consideração suas necessidades e especificações, pois não é produtivo utilizar o quadro completo. Um exemplo disso, utilizando o quadro anterior, é que o Hospital não recebe suas verbas orçamentárias direto dos impostos e sim via contribuição, como explanado no Quadro 2.

Quadro 2 – Resumo Geral da Receita

Receita	Descrição	F. R	Tipo	D. I. P. R.				Espécie	Origem	Categ. Econ.
				f	e	e	d			
Dígitos de Receita	Apresentação da Receita Municipal		g				c	b	a	
1	Receitas Correntes									
1.2	Contribuição									
1.2.1	Contribuição das Entidades Públicas									
1.2.1.1	Contribuições Governamentais									
1.2.1.1.50	Contribuição para Custeio									
1.2.1.1.50.1	Contribuição para Custeio dos Serviços									
1.2.1.1.50.1.1	Contribuições de Emendas Governamentais									
1.2.1.1.50.1.200	Contribuições de Deputados Federais	500								
1.2.1.1.50.1.300	Contribuições do Estado e Municípios	500								

Fonte: autores (2024)

4.2 Despesa orçamentária

Inicia-se a despesa orçamentária pelo conceito e classificação.

4.2.1 Conceito e classificação

Despesa pública refere-se aos gastos realizados pelo governo, fundações privadas e outras organizações não governamentais (ONGs) que utilizam recursos públicos para o funcionamento dos serviços, atendimento das demandas sociais e investimentos. Essas entidades, independentemente de serem governamentais ou não, devem adotar uma classificação detalhada das despesas para garantir transparência, controle e eficiência na aplicação dos recursos. A classificação da despesa pública pode ser detalhada em três aspectos principais: institucional, funcional programática e econômica.

A classificação da despesa consiste em organizar e categorizar os gastos públicos ou empresariais de acordo com critérios específicos, permitindo um controle e gestão mais eficaz dos recursos financeiros. Essa classificação pode ser feita por natureza (custeio, capital), por função (saúde, educação, defesa), por fonte de financiamento, e por outras dimensões que facilitem a análise e a tomada de decisões, assegurando transparência e eficiência na aplicação dos recursos.

De acordo com a 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), essas classificações são fundamentais para garantir a transparência, controle e eficiência na execução orçamentária e financeira dos entes públicos e das entidades que utilizam recursos públicos, Brasil, (STN, 2023).

4.2.2 Quadro de detalhamento da despesa (QDD), conforme MCasp

O QDD é uma ferramenta essencial para a gestão financeira e funciona como um registro detalhado de todas as despesas que foram realizadas em determinado período. Dessa forma permitindo uma visão clara e objetiva das despesas que foram realizadas, ajudando no controle financeiro, a identificar gastos excessivos e na tomada de decisão pelos gestores. O QDD usado como base também foi um que é utilizado pelos municípios (Quadro 3).

Quadro 3 – Quadro de Detalhamento da Despesa (Modelo)

02.00 PODER EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DISCRIMINAÇÃO	CATEG. ECO.	FR	DOTAÇÃO ORÇAMENT O	TOTAL
04	Administração				
04.122	Administração Geral				
04.122.0412	Serviço de Apoio				
04.122.0412.2003	Manut. das At.de Adm. Plane				
	Venc. Vanta. Fixa Pessoal Civil				

	Obrigações Patronais				
	Salário Família				
	Material de Consumo				
	Serviços de Consultoria				
	Serv. de Ter. Pessoas Físicas				
	Serviços de Terceiros, P/J				
04.122.0412.1 003	Const. do Centro Administrativo				
	Obras e Instalações				
	Aquisição de Imóveis				
04.122.0412.2 009	Prog. Comple. Renda Familiar				
	Aposentadorias e Reformas				
04.122.0412.1 004	Amortiz. e Encargos da Dívida				
	Juros da Dívida Contratada				
	Principal da Dívida Contratada				
	TOTAL GERAL				

Fonte: autores (2024)

4.2.3 Quadro de detalhamento da Despesa (QDD) proposto

Assim como o Quadro da Receita, esse proposto ao Hospital leva em consideração suas necessidades e especificações, logo sendo adaptado para este caso específico.

Quadro 4 – Quadro de Detalhamento da Despesa

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (QDD)

01.00 FUNDAÇÃO FILANTRÓPICA HOSPITAL DO CÂNCER NAPOLEÃO LAUREANO

01.03 DIRETORIA GERAL

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DISCRIMINAÇÃO	CATEG. ECO.	FR	DOTAÇÃO ORÇAMENTAL	TOTAL
04	Administração				
04.122	Administração Geral				
04.122.0412	Serviço de Apoio				
04.122.0412.2 003	Manut. das At.de Adm. Plane				
	Venc. Vanta. Fixa Pessoal Civil	3.1.90.11			

	Obrigações Patronais	3.1.90.13			
	Salário Família	3.1.90.09			
	Material de Consumo	3.3.90.30			
	Serviços de Consultoria	3.3.90.35			
	Serv. de Ter. Pessoas Físicas	3.3.90.36			
	Serviços de Terceiros, P/J	3.3.90.39			
04.122.0412.1 004	Amortiz. e Encargos da Dívida				
	Juros da Dívida Contratada				
	Principal da Dívida Contratada				
10	Saúde				
10.302	Assist. Hospitalar e Ambulatorial				
10.302.1012	Atendimento Hospitalar Geral				
10.302.1012.1 005	Aqu. de Imóv. p/ Const. Hospital				
	Obras e Instalações	4.4.90.51			
	Aquisição de Imóveis	4.4.90.61			
	TOTAL GERAL				

Fonte: autores (2024)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo destaca a importância da elaboração e execução de um planejamento orçamentário preciso e eficiente para o Hospital do Câncer Napoleão Laureano, uma instituição fundamental na prestação de serviços de saúde especializados em oncologia. A pesquisa demonstrou que, embora a fundação possua procedimentos orçamentários funcionais, a padronização desses procedimentos é crucial para a transparência, a compatibilidade com as diretrizes governamentais e o acompanhamento por órgãos fiscalizadores.

A relevância social desta pesquisa é evidenciada pela importância do Hospital do Câncer Napoleão Laureano no atendimento a pacientes oncológicos. A adoção de um orçamento bem estruturado garante que esses serviços continuem sendo oferecidos de maneira sustentável e eficiente, conforme ressaltado por estudiosos da área. Além disso, a transparência na gestão contábil e a implementação de práticas de contabilidade gerencial são fatores essenciais para a manutenção da credibilidade da instituição perante doadores, parceiros e a sociedade em geral.

Portanto, as conclusões deste estudo enfatizam que a implementação de um planejamento orçamentário detalhado, aliado à correta classificação das receitas e despesas, é fundamental para a sustentabilidade e excelência na prestação de serviços de saúde. A gestão

integrada e transparente dos recursos assegura a continuidade e melhoria contínua das atividades do Hospital do Câncer Napoleão Laureano, alinhando-se com os objetivos sociais e operacionais da fundação, e garantindo que a instituição continue a desempenhar seu papel vital na oferta de tratamentos especializados a populações vulneráveis.

Recomenda-se que as conclusões e propostas deste estudo sejam urgentemente colocadas em prática, com a comunicação imediata aos órgãos fiscalizadores, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e o Ministério Público Estadual. A colaboração com esses órgãos é essencial para assegurar a implementação rápida e eficaz das medidas sugeridas, garantindo a operacionalização das práticas contábeis padronizadas e a transparência na gestão orçamentária da Fundação Napoleão Laureano. Essa ação imediata é vital para fortalecer a governança financeira e assegurar a continuidade dos serviços essenciais prestados pela instituição.

6 REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, João. **Gestão de Fundações**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2024.
- BARROS, Maria. **O papel das fundações na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.
- BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1964.
- CAMPOS, André. **Planejamento Orçamentário em Instituições de Saúde**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- CARVALHO, Pedro; MARTINS, Lucas. **Gestão financeira hospitalar**. Belo Horizonte: Del Rey, 2017.
- CNM. **STN publica a 10ª edição do MCASP, mudanças valem a partir de 2024**. Disponível em: <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/stn-publica-a-10a-edicao-do-mcasp-mudancas-valem-a-partir-de-2024>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- COSTA, Mariana. **Administração de Fundações: práticas e desafios**. Curitiba: Juruá, 2022.
- FERNANDES, Tiago. **Contabilidade Pública**. Porto Alegre: Bookman, 2018.
- FERNANDES, Tiago. **Gestão de Recursos em Fundações**. Porto Alegre: Bookman, 2021
- FERREIRA, Renato. **Direito das Fundações**. Recife: Universitária, 2015.
- GOMES, Carlos. **Princípios de Direito Público**. Brasília: Senado Federal, 2017.
- LIMA, Adriana. **Fundamentos de Contabilidade para o Terceiro Setor**. São Paulo: Trevisan, 2019.
- MARTINS, João. **Economia das Fundações**. São Paulo: Makron Books, 2016.
- MOREIRA, Fernanda. **Fiscalização de Fundações pelo Ministério Público**. Belo Horizonte: Del Rey, 2020.
- NOGUEIRA, Rafael. **Tributação de Entidades do Terceiro Setor**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

- OLIVEIRA, Júlia. **Contabilidade e Gestão em Saúde**. São Paulo: Saraiva, 2020.
- OLIVEIRA, Júlia; LIMA, Adriana; ALMEIDA, Carlos. **Planejamento Orçamentário em Saúde**. Salvador: EDUFBA, 2019.
- OLIVEIRA, M.; LIMA, P.; ALMEIDA, T. (2019). **Planejamento orçamentário em hospitais públicos**. Revista de Administração Hospitalar, 12(3), 35-49.
- PACELLI, G. **Administração Financeira e Orçamentária**. 6. ed. São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.
- PEREIRA, Ana. **Gestão de Fundações Filantrópicas**. Brasília: UNB, 2018.
- PEREIRA, Ana. **Planejamento Estratégico em Instituições de Saúde**. Brasília: UNB, 2020.
- PEREIRA, Lucas. **O Papel Social das Fundações**. Recife: Universitária, 2021.
- RIBEIRO, Ricardo. **Tecnologia e Contabilidade em Fundações**. São Paulo: Atlas, 2018.
- RODRIGUES, A. L.; ALMEIDA, F. S. (2020). **O impacto das transferências governamentais nas finanças de hospitais filantrópicos**: Estudo de caso no estado de São Paulo. Cadernos de Saúde Pública, 36(3), e00123419.
- SANTOS, Mariana. **Financiamento e Sustentabilidade de Fundações**. Porto Alegre: Bookman, 2019.
- SILVA, João; SANTOS, Roberto. **Gestão Financeira em Saúde**. Curitiba: Juruá, 2020.
- SILVA, Patrícia. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Salvador: EDUFBA, 2021.
- SILVA, R. A.; SANTOS, J. P.; COSTA, M. C. (2019). **Eficiência operacional em hospitais filantrópicos: Um estudo sobre a captação de recursos e a prestação de serviços de saúde no Brasil**. Revista Brasileira de Gestão em Saúde, 10(2), 145-160.
- SILVEIRA, Eduardo. **Parcerias Públicas em Fundações**. Brasília: Senado Federal, 2018.
- SOUZA, Beatriz. **Planejamento Orçamentário em Instituições de Saúde**. São Paulo: Saraiva, 2015.
- SOUZA, P. F.; FERREIRA, G. R. (2021). **Arrecadação de receitas próprias em fundações de saúde**: Uma análise dos desafios no Nordeste do Brasil. Revista de Economia e Administração em Saúde, 7(1), 78-92.
- SOUZA, Rodrigo. **Estrutura e Funcionamento das Fundações**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.
- STN. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. 10ª Edição. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2024/26>>. Acesso em: 15 jun. 2019.